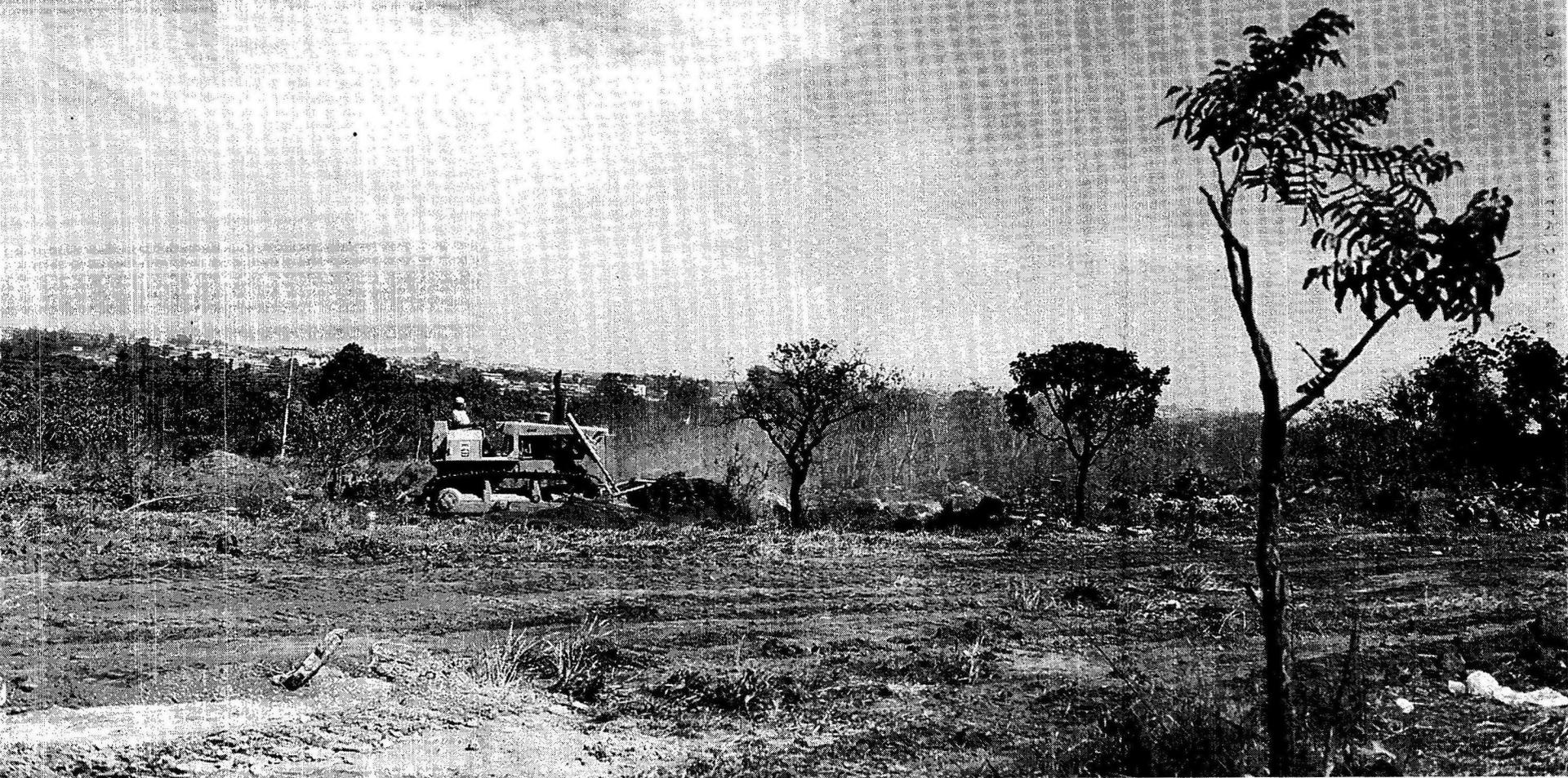


COMÉRCIO DE LOTES

Diretor de obras da Administração do Guará foi exonerado três dias depois de ser preso em flagrante por parcelamento irregular de terras na cidade. Acusados usavam um trator que deveria estar a serviço do GDF



A ÁREA INVADIDA PARA PARCELAMENTO ILEGAL PERTENCE À TERRACAP: TRATOR APREENDIDO POR POLICIAIS DO GUARÁ FOI CONTRATADO PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO DO GUARÁ

Gabinete suspeito

Sheila Messerschmidt
Da equipe do **Correio**

Enquanto recebia dos cofres públicos como diretor de obras da Administração do Guará, o engenheiro civil Carlos Roberto de Moura, 41 anos, participava do parcelamento irregular de terras públicas na cidade. Ele foi uma das cinco pessoas presas em flagrante na última sexta-feira, num loteamento de 245 mil m² entre a Estrada-Parque Taguatinga Guará (EPTG) e a Colônia Agrícola Águas Claras. Carlos Roberto foi indiciado também por crime contra o meio ambiente e corrupção passiva.

O caso estremeceu a Administração da cidade. Uma longa reunião foi feita no sábado para afastar qualquer respingo da prisão do diretor de obras na própria administradora, Maria Fernandez. Para reverter o clima de suspeição sobre os cargos do primeiro escalão na cidade, Carlos Roberto foi exonerado no Diário

Oficial do DF de segunda-feira. "Ele era um funcionário que já estava lá (na administração) quando a Maria chegou", defendeu o presidente do PMDB-DF, Divino Alves.

No final da tarde de ontem, o engenheiro pagou fiança e foi liberado da carceragem da 3ª Delegacia de Polícia, reservada a quem tem direito a prisão especial. Carlos Roberto foi preso em flagrante por agentes da 4ª DP (Guará). O elo entre o diretor de obras e os dois acusados de parcelamento irregular presos no local — Alexandre Cidade, 25, e Rogério Cantuária, 35 — surgiu com a tomada de depoimentos: um trator amarelo da empresa Transbarros, modelo D6, ano 1980.

O veículo deveria estar à disposição da Administração do Guará, conforme contrato de serviço. "Verificamos pelo horímetro (aparelho que mede o tempo de uso) do trator que era a mesma máquina que consta no contrato com a Administração", contou o

delegado-titular Célio Cintra. O motorista que foi flagrado operando o trator, José Antônio Silva, contou na DP que Carlos Roberto passou na manhã da sexta-feira pela área para "supervisionar o trabalho".

O diretor de obras foi preso na Administração, no mesmo dia. Ele justificou à polícia que apenas estava passando pela área naquela manhã e que "indicou o nome da empresa que alugava tratores". Chamado a depor, o proprietário da empresa Transbarros, Fernando Barros, saiu em defesa do ex-diretor de obras da Administração do Guará. O empresário alegou que o trator encontrado na área loteada havia apresentado problema mecânico num serviço prestado à Administração e por isso foi trocado por outra máquina. Fernando disse ainda que Carlos Roberto ligou para ele pedindo um trator e aquela mesma máquina foi enviada para o terreno público no Guará.

LARANJAS

O ex-diretor de obras foi indiciado nos crimes de parcelamento irregular do solo, dano ao meio ambiente e corrupção passiva. "Essas prisões foram apenas o primeiro ato", advertiu o delegado Célio Cintra. Segundo ele, surgiram muitos nomes de pessoas que seriam "laranjas" do parcelamento da terra.

A funcionária do Instituto Candango de Solidariedade Maria Aparecida Santos, 49 anos, também foi presa na sexta-feira. Ela figurava como dona de uma das chácaras dentro da área parcelada. Em depoimento, disse que "emprestou o nome de um primo seu para constar num processo judicial em troca de um lote". Os invasores conseguiram no dia 24 de julho uma liminar, dada pelo juiz plantonista Omar Dantas, do Tribunal de Justiça do DF, que lhes garantia a permanência no local até o julgamento do mérito.

Como a Terracap comprovou que a área era pública, a polícia

desconfiou da autenticidade dos documentos apresentados à Justiça. A ação policial foi possível porque os invasores estavam parcelando a área, algo que nem mesmo a liminar judicial lhes permitia. Deverão ser indiciados o primo de Maria Aparecida, João Francisco dos Santos, Francisco Carvalho e Anderson Correa.

A polícia investiga também o ex-funcionário da Administração do Guará Jânio Ribeiro Pinto. Ele teve cargo de assessor do chefe de gabinete até janeiro deste ano. Jânio foi citado pelos presos como um dos proprietários dos lotes invadidos mas, em depoimento à polícia, negou envolvimento. Ele foi liberado. "Não vamos tomar por verdades essas informações. Não existe interesse na delegacia de proteger ninguém do governo", garantiu o delegado Célio Cintra. O **Correio** procurou a administradora Maria Fernandez para falar sobre o caso, mas ela não atendeu a reportagem.